Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010086-86.2018.5.03.0132

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 06/02/2018
Valor da causa: R$ 36.442,64

Partes:

AUTOR: ALINE APARECIDA VIDAL
ADVOGADO: MARCIO JOSE PIRES CHAVES
ADVOGADO: REGINA MARA FONSECA DAMASCENO SOUTO
ADVOGADO: DIEGO ALVES BARBOSA
RÉU: MORAES RAPOSO PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP
ADVOGADO: ROGERIO DE ARAUJO GABRIEL
ADVOGADO: ISABELA CAMPOS ALMEIDA
ADVOGADO: EDUARDO JOSE BERTOLA BARRA
RÉU: MILTON RAPOSO (Espólio de)
ADVOGADO: ROGERIO DE ARAUJO GABRIEL
ADVOGADO: ISABELA CAMPOS ALMEIDA
ADVOGADO: EDUARDO JOSE BERTOLA BARRA
TERCEIRO INTERESSADO: Cartório de Registro de Imóveis (1o.ofício)
TERCEIRO INTERESSADO: imóvel
TERCEIRO INTERESSADO: TERCEIRO INTERESSADO
ADVOGADO: RAFAEL CIMINO MOREIRA MOTA
ADVOGADO: FELIPE NESIO SIQUEIRA
ADVOGADO: LETICIA CRISTINA ANDRADE SILVA
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS BARROS LELIS
ADVOGADO: MARIA JOSE DA SILVA
ADVOGADO: NEEMIAS EZEQUIEL JOSUA DE ASSIS ANDRADE
ADVOGADO: CAIO MARCIO RODRIGUES
ADVOGADO: RICARDO QUINTAO E SILVA FERES
TERCEIRO INTERESSADO: CRI 2
LEILOEIRO: fábio guimarães de carvalho
TERCEIRO INTERESSADO: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO

TERCEIRO INTERESSADO: MUNICIPIO DE BARBACENA
TERCEIRO INTERESSADO: ANGELA SARAIVA PORTES SOUZA

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **2ª VARA DO TRABALHO DE BARBACENA/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ:** 0010086-86.2018.5.03.0132**. EXEQUENTE:** ALINE APARECIDA VIDAL**. EXECUTADO:** MORAES RAPOSO PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP E OUTROS. O leilão ocorrerá na modalidade **exclusivamente eletrônica**, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado nos sites da Leiloeira: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente Edital (art. 887, §2º CPC); Mais informações estão disponíveis nos referidos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451

DATA DO LEILÃO: 14/05/2025 a partir das 9h00min.

ENCERRAMENTO DO LEILÃO: Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputas.

LANCE MÍNIMO: R$ 622.500,00 (seiscentos e vinte e dois mil e quinhentos reais). OBS: Nos termos do art. 843 do CPC, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem).

DESCRIÇÃO DO BEM: 17,38,12 ha de terras de uma área maior, no lugar denominado Arrudas, na estrada que liga Barbacena a Pinheiro Grosso, e as benfeitorias sendo uma casa com salão de festas, casa de hóspedes, casa de caseiro, campo de futebol com mato muito alto, curral, galinheiro, composto por construções rústicas, pomares, três lagoas e piscina. **AVALIAÇÃO:** R$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais).

ÔNUS: Indisponibilidade Proc. n° 0010087-71.2018.5.03.0132 – 2ª Vara do Trabalho de Barbacena/MG (AV-24); Penhora e Indisponibilidade destes autos (R-25 e AV-26); Penhora e Indisponibilidade Proc. n° 0010701-34.2018.5.03.0049 – 1ª Vara do Trabalho de Barbacena/MG (R-26 e AV-27); Indisponibilidade Proc. n° 0010161-28.2018.5.03.0132 – 2ª Vara do Trabalho de Barbacena/MG (AV-28);

MATRÍCULA: 1.037 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena/MG. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 21/02/2025.** OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

DO PAGAMENTO: Caso o(a) juiz(íza) não tenha determinado o pagamento EXCLUSIVAMENTE à vista, o leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado. Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

a) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor da Leiloeira o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.

PJe Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR, em 02/04/2025, às 16:10:39 - c073dc0

b) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.

c) Na arrematação parcelada, o valor da entrada, bem como a comissão da Leiloeira deverá ser integralmente pagas **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.

d) Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.

e) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

f) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até quitação.

g) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação ou Alienação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

CONDIÇÕES DO LEILÃO

Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pela Resolução nº 236/2016 do CNJ; Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pela Leiloeira Ângela Saraiva Portes Souza, na data e horário acima, podendo ser prorrogado por 30 min. A Leiloeira fica autorizado a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) A Leiloeira não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

PJe Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR, em 02/04/2025, às 16:10:39 - c073dc0

3º) A Leiloeira não se enquadra na condição de fornecedores, intermediários, ou comerciantes, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

4º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

5º) O arrematante ou licitante pagará a Leiloeira, à vista, 5% (cinco) de comissão no ato da arrematação, que será depositada na integralidade, até o dia subsequente, em conta da Leiloeira que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado por e-mail até às 16:00 horas da mesma data, sob pena de ser desconsiderado a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

6º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação, a Leiloeira fica autorizada a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

7º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar nos sites da Leiloeira www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantonioleiloeiro.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

8°) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes “Lancador site Marco Antonio” e “Lancador - site Saraiva”.

9º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

10º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

11º) Todas as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens correrão por conta e risco do arrematante, não podendo este alegar desconhecimento das condições ora estabelecidas.

12º) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública. No que se refere aos DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, acaso o Exmo(a). Magistrado(a) não disponha de modo diverso, caberá, ao arrematante, requerer a aplicação da norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Quanto

PJe Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR, em 02/04/2025, às 16:10:39 - c073dc0

aos débitos de NATUREZA CONDOMINIAL e demais DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS, caberá, ao arrematante, arcar com a sua integralidade, incluindo valores vencidos em data anterior e posterior à da arrematação, facultado, ao interessado, requerer, em juízo, a aplicação do art. 908, §1º do CPC.

13º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3° e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração da Leiloeira será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

14º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

15º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

16º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

17º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 13º.

18º) Ficam intimado do leilão as partes e seus cônjuges se casados forem, os coproprietários/condôminos, **especialmente, Sr. Lucindo Acerbi; Sr. José Acerbi; Sra. Maria do Carmo Acerbi; Sr. Geraldo Acerbi; Sr. José Renato Alves Sandi e sua cônjuge Sra. Maria Tereza Sandi; Sra. Marilene Morais Fontes Raposo; Sr. José Carlos de Abreu e sua cônjuge Elizabeth Gomes Vieira de Abreu; Sra. Maria Tereza da Silva; Sra. Maria Aparecida Silva e Silva e seu cônjuge José Luiz da Silva; Sra. Maria Helena da Silva Ambroggesi e seu cônjuge sr. Mário Carlos Ambroggesi; Sr. Celso Valentino da Silva e sua cônjuge Sra. Efigênia Maria Martins Silva; Sra. Maria Adélia Chagas; Sr. Guilherme Augusto Cesar Chagas; Sra. Marilia Veloso Silva; Sr. Diego Alderico Veloso Silva; Sra. Denise Marilia Veloso Silva; Sra. Daniela Marilia Veloso Silva;Sra. Carla Tatiene Paiva da Silva**, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

19º) Os gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, **devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação caso não seja feito de ofício**.

20º) A Leiloeira não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

PJe Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR, em 02/04/2025, às 16:10:39 - c073dc0

21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **02/04/2025.**

Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR, em 02/04/2025, às 16:10:39 - c073dc0
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/25040216103657800000214473504?instancia=1
Número do processo: 0010086-86.2018.5.03.0132
Número do documento: 25040216103657800000214473504